

CONCURSO PÚBLICO

15 / ABRIL / 2012

TARDE



CADERNO DE PROVAS

CADERNO

21

CARGO:

• Téc. Judiciário / Téc. Judiciário

PROVAS:

- Língua Portuguesa
- Noções de Informática
- Conhecimentos Específicos
- Redação

LEIA ATENTAMENTE AS INSTRUÇÕES ABAIXO:

- 1 - Este caderno de provas contém um total de 60 (Sessenta) questões objetivas, sendo 25 de Língua Portuguesa, 5 de Noções de Informática, 30 de Conhecimentos Específicos e Redação. Confira-o.
- 2 - Confira se este caderno corresponde ao cargo para o qual você está concorrendo.
- 3 - Esta prova terá, no máximo, 5h (Cinco horas) de duração, incluído o tempo destinado à transcrição de suas respostas no gabarito oficial.
- 4 - Não perca tempo em questões, cujas respostas lhe pareçam difíceis, volte a elas se lhe sobrar tempo.
- 5 - Respondidas as questões, você deverá passar o gabarito para a sua folha de respostas, usando caneta esferográfica azul ou preta.
- 6 - Em nenhuma hipótese haverá substituição da Folha de Respostas por erro do candidato.
- 7 - Este caderno deverá ser devolvido ao fiscal, juntamente, com sua folha de respostas, devidamente preenchidos e assinados.
- 8 - O candidato só poderá se ausentar do recinto das provas após 1 (uma) hora contada a partir do efetivo início das mesmas.
- 9 - Você pode transcrever suas respostas na última folha deste caderno e a mesma poderá ser destacada.
- 10 - O gabarito oficial da prova objetiva será publicado no Diário do Judiciário e nos endereços www.ejef.tjmg.jus.br e www.fumarc.org.br, dois dias depois da realização da prova.
- 11 - A comissão organizadora da FUMARC Concursos lhe deseja uma boa prova!

Prezado (a) candidato (a)

Coloque seu número de inscrição e nome no quadro abaixo:

Nº de Inscrição	Nome

LÍNGUA PORTUGUESA

Leia, atentamente, os textos I e II para responder às questões de 01 a 08.

TEXTO I

Cidadezinha qualquer

Casas entre bananeiras
Mulheres entre laranjeiras
Pomar amor cantar.

Um homem vai devagar.
Um cachorro vai devagar.
Um burro vai devagar.

Devagar... as janelas olham.

Eta vida besta, meu Deus.

(ANDRADE, Carlos Drummond de. *Antologia poética*. 2. ed. São Paulo: Abril, 1982, p. 37.)

TEXTO II

Cidadezinha Qualquer versus Nadópolis

1. Cidadezinha Qualquer, os leitores fiquem sabendo logo, é uma cidade comum localizada em uma região distante de um longínquo país. O que os leitores não sabiam ainda, pois eu ainda não lhes contei, e agora conto, é que existe uma cidade chamada Nadópolis, sede de um município fronteiriço com Cidadezinha Qualquer. (...) Nadópolis era uma cidade meio antipática mesmo. Não, não era birra dos cidadãos cidadequalquerianos: Nadópolis tinha um ar arrogante e antipático! A começar pelo nome pomposo. Esse “polis” grego e sofisticado no final do nome, essa pose forçada que destoa do ambiente natural da região, renega a história... Isso para não falar da mania que tinham os nadopolenses de apregoar as vantagens de viver em um município como o seu. Era comum ouvi-los dizer:

2. - “Nadópolis é a cidade mais porreta da região; lá todo mundo veve bem e nós não tem os pobrema qui as outra cidade de perto tudo tem...”

3. Para que os leitores não julguem o autor muito parcial é bom que se diga: realmente Nadópolis era mais próspera do que Cidadezinha Qualquer. Graças ao incremento de sua agricultura e à grande soma de recursos e trabalho que isto envolve, Nadópolis, àquela época, vivia o seu período de esplendor. Grandes e suntuosas construções erguiam-se por toda parte, o comércio local atraía compradores de toda a proximidade, a vida noturna era agitadaíssima. Grupos de visitantes eram levados para pontos estratégicos para serem orientados por um agente turístico sobre as maravilhas da cidade. Como não podia deixar de ser, a arrecadação da Prefeitura local também era das melhores.

(COTRIM, Fabiano. <http://www.faroldacidade.com.br>. Postado em 01/04/2008. – Texto adaptado)

QUESTÃO 01

Compare o Texto I com o Texto II e avalie as afirmativas.

- I. No Texto I, o último verso funciona como elemento surpresa, pois introduz um comentário que muda totalmente a proposta do poema.
- II. No Texto II, o narrador confere um tom irônico e bem-humorado à narrativa e faz uso da gíria para caracterizar a fala dos habitantes do lugar.
- III. Nos dois textos, as cidades às quais os autores se referem são reais, embora apresentem também características fantasmagóricas.
- IV. No Texto II, em alguns momentos, o narrador dialoga com o leitor, na tentativa de torná-lo cúmplice do que pretende relatar.

Está de acordo com os textos o que se afirma SOMENTE em

- a) I.
- b) II e III.
- c) I e IV.
- d) I, II e IV.

QUESTÃO 02

Considere as afirmações seguintes e assinale a CORRETA.

- a) Os termos “cidadequalquerianos” e “nadopolenses” (Texto II) constituem neologismos, entendendo-os como aquelas unidade lexicais que são sentidas como novas na comunidade linguística.
- b) O título do Texto II tem uma conotação negativa expressa pela noção de insuficiência contida na palavra “versus”
- c) Uma das diferenças entre os textos I e II é que o Texto II apresenta uma redação que não exige tanta inferência e não carrega tanto conteúdo pressuposto no Texto I.
- d) No Texto II há alternância de traços narrativos e dissertativos ao longo dos parágrafos, com ausência de traços descritivos mesclados a comentários interpretativos.

QUESTÃO 03

Transpondo corretamente para a voz ativa a oração “para serem orientados por um agente turístico” (Texto II, § 3), obtém-se:

- a) para que fossem orientados por um agente turístico.
- b) para um agente turístico os orientarem.
- c) para que um agente turístico lhes orientassem.
- d) para um agente turístico instruí-los.

QUESTÃO 04

Sobre o Texto I, é possível afirmar que o poema

- a) mostra, com sentimento piedoso e comiseração, o desajuste existencial do homem diante da vida.
- b) aborda, com uma linguagem sintética, a monotonia e o tédio que predominam em pequenas cidades do interior.
- c) enfoca uma preocupação de ordem política e social que sintetiza o “sentimento do mundo” do sujeito lírico.
- d) enfatiza uma visão nostálgica do passado, por meio de uma linguagem simples e pouco elaborada.

QUESTÃO 05

No texto I, constitui um ingrediente discursivo utilizado pelo poeta

- a) o uso também da linguagem coloquial, que se desvia do padrão culto da língua.
- b) a exposição argumentativa de ideias, que se efetiva pela ausência de linguagem figurada.
- c) a linguagem verbal articulada com situações imagéticas, para dar mais veracidade aos fatos.
- d) os recursos de natureza narrativa que visam a estabelecer um constante diálogo com o leitor.

QUESTÃO 06

Observe o trecho a seguir, transcrito do Texto II.

“Nadópolis era uma cidade meio antipática mesmo. Não, não era birra dos cidadãos cidadequalquerianos. Nadópolis tinha um ar arrogante e antipático! A começar pelo nome pomposo. (...)”

Considere as seguintes afirmações:

- I. Ocorre nesse fragmento uma personificação da cidade de Nadópolis.
- II. O adjetivo “pomposo” aufere à Nadópolis uma expressão de nobreza.
- III. O advérbio negativo vem trazer a recusa da pompa destinada a Nadópolis.
- IV. A expressão “mesmo” assume função adverbial de intensidade em relação ao adjetivo “antipática”.

Está correto APENAS o que se afirma em:

- a) I e II.
- b) II,III e IV.
- c) I,II e IV.
- d) I,II,IV.

QUESTÃO 07

Leia com atenção os dois textos a seguir:

TEXTO I

DOMINGO, 26 DE ABRIL DE 2009

Um Puxão de Orelha



Duas cidades do interior paulista adotaram uma espécie de “toque de recolher” para crianças e adolescentes sob a justificativa de tentar reduzir a criminalidade. Em Ilha Solteira e Itapura, no noroeste do Estado, menores de 13 anos podem ficar na rua até as 20h30. Adolescentes de 13 e 14 anos, até as 22h. Para quem tem 16 e 17 anos, o limite é 23h. Menores de 15 anos estão proibidos de frequentar lan houses. (...) A medida foi baseada em atitude parecida determinada por um juiz de Fernandópolis (553 km de SP).

FONTE: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/cotidiano/ult95u554311.shtml>

Nesta semana veio à mídia uma polêmica envolvendo o tal toque de recolher imposto pelas prefeituras de Fernandópolis e Ilha Solteira. O que era de se esperar, muitos adolescentes abominaram a decisão do juiz, enquanto seus pais adoraram a ideia.

- Ah, mas a minha filha não me escuta, é cabeça dura!
- Tem que fazer isso mesmo. Essa molecada não tem juízo!

Do outro lado, uma adolescente questiona, conforme mostrado no Fantástico:

- Se é pra reduzir a criminalidade, e os jovens que não estão fazendo nada de errado, tem que pagar pelos outros?

Ricardo Cabezon, presidente da comissão de direitos da criança e do adolescente da OAB de São Paulo, diz, no mesmo programa:

- Isso fere a constituição. (...) Liberdade de ir e vir, liberdade de educar, liberdade de poder escolher entre o que é certo e o que é errado. (...) Viver na democracia é também oferecer às pessoas a oportunidade de elas entenderem o peso dos seus atos. Se o jovem quis ficar acordado à noite e ele passar o outro dia com sono, ele tem que entender que isso não é bom para ele.

Opiniões contra ou a favor fazem parte de medidas polêmicas da justiça, como essa.

A questão é, chegamos a um ponto em que a justiça precisa determinar as horas que os adolescentes voltam para casa, tarefa que normalmente caberia aos pais. Antigamente, mesmo um garoto de 17 anos tremia todo só de perceber que seu pai o olhava com um ar mais severo. Hoje, vemos casos cada vez mais grotescos de filhos que até matam seus pais por motivos banais. (Danilo Moreira)

FOTO: http://oglobo.globo.com/blogs/arquivos_upload/2009/04/278_1135-charge11042009.jpg

TEXTO II

Cidadezinha qualquer

Casas entre bananeiras
Mulheres entre laranjeiras
Pomar amor cantar.

Um homem vai devagar.
Um cachorro vai devagar.
Um burro vai devagar.

Devagar... as janelas olham.

Eta vida besta, meu Deus.

O Texto I apresenta a realidade política vivida hoje, no século XXI, em que a ideologia de dias pacificados pela “mesmice” se quebra a partir da imagem apresentada.

O Texto II apresenta, de forma lírica, a realidade de uma vida pacata, o que faz com que a ideologia de vida evidenciada se desenvolva pelos elementos morfológicos presentes.

Os dois textos edificam um modelo de sociedade que rompe com os padrões de vida em social, apresentando distinções ideológicas. A partir das relações entre os textos, leia as afirmativas abaixo:

- I. Em ambos os textos, os autores apresentam as cidades sob olhares distintos, de forma diversa, o que proporciona a cada um estilos também distintos de formas de escrever;
- II. Em ambos os textos, o conceito da ideia de “liberdade” é dado de forma distinta: no Texto I, a liberdade é vista como parte fundamental dos direitos do homem, encontrada, inclusive como parte integrante da Constituição Federal de 1988; já no Texto II, a liberdade é vista de forma poética e conotativa, o que vem configurar a diferença entre as sociedades de épocas diferentes.
- III. O Texto I apresenta o valor reverencial do jovem em relação aos pais, como elemento negativo na conduta da decisão judicial;
- IV. O Texto II apresenta a distinção temporal existente em relação ao Texto I, demonstrando a sequência das ações através da ideia expressa pelo verbo “devagar”, garantindo ao Texto II uma sequência de fatos diversos.

Marque a alternativa CORRETA:

- a) As afirmativas I e IV estão corretas;
- b) As afirmativas I e II estão corretas;
- c) As afirmativas II e III estão corretas;
- d) As afirmativas III e IV estão corretas.

QUESTÃO 08

Leia as informações abaixo:

- I. O nome da cidade é Nadópolis.
- II. A população da cidade a respeita muito.

O elemento de ligação MAIS adequado para reunir, na mesma sequência, os pensamentos, é:

- a) onde.
- b) que.
- c) cuja.
- d) quanto.

Leia atentamente as charges para responder as questões 09, 10 e 11.

CHARGE I



<http://ver.blog.br/tag/ficha-limpa/>

CHARGE II



CHARGE III



www.elsonsouto.blogspot.com

<http://elsonsouto.blogspot.com.br/2012/02/lei-ficha-limpa-aprovada.html>

QUESTÃO 09

Assinale a afirmativa FALSA.

- a) A frase “Espelho, espelho meu, existe no Brasil alguém mais sujo do que eu?” (Charge I) se justifica pelo processo intertextual da paródia.
- b) Considerando as diferenças entre língua oral e escrita, a fala do personagem no segundo balão da Charge III representa uma inadequação da linguagem usada no contexto.
- c) A palavra “sanção” (balão 1 da Charge II) admite como variante linguística “sansão”, que pode substituir a primeira sem alterar o sentido da frase
- d) No 2º balão da Charge I, o termo “limpinhos” está entre aspas por trazer ao contexto uma conotação irônica.

QUESTÃO 10

Está CORRETO o que se afirma em

- a) Na Charge II, “unanimidade” é um adjetivo que possui relação sinonímica com o vocábulo “idiosincrasia”.
- b) Expressões como “um laranja” e “empresa de fachada” (Charge III) caracterizam ações adversas às propostas do projeto Ficha Limpa.
- c) No segundo e terceiro balões da Charge II há verbos de primeira conjugação empregados no modo indicativo.
- d) Na frase “... existe no Brasil alguém mais sujo do que eu?” (Charge I), “mais” é uma conjunção coordenativa que expressa oposição.

QUESTÃO 11

Assinale a alternativa que NÃO apresenta um exemplo de coloquialismo.

- a) “E, aí, nobre colega?!”
- b) “Toda unanimidade é burra.”
- c) “To procurando trabalho.”
- d) “Mande flores para Dilma.”

Leia, atentamente, o texto abaixo para responder às questões de 12 a 15.

Congresso fixa lei

1. Com o advento da Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010, que alterou a Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, o país celebrou a aprovação da figura que foi denominada de “ficha limpa”, porque lutou muito para isso.
2. Não se discute - e já vem tarde, a necessidade de lei que permita o aperfeiçoamento do processo democrático, afastando das urnas os condenados por crimes e outras irregularidades graves contra direitos fundamentais e princípios republicanos. O povo respira aliviado. É o desejo, e não já da cidade, senão de toda a população.
3. Mas algumas reflexões se impõem para esclarecer e equacionar com serenidade e equilíbrio alguns postulados que devem nortear o aprimoramento da sociedade, permitindo-nos legar às gerações futuras um cenário melhor, pois a nação que briga por seus direitos progride.

(<http://jus.com.br/revista/texto/21281/lei-da-ficha-limpa-opiniao> – Texto adaptado)

QUESTÃO 12

A frase que encabeça o título está

- a) inteligível, porque a ordem de colocação das palavras permite identificar-lhes a função sintática.
- b) incorreta, porque não traz determinante junto do substantivo.
- c) ambígua, porque nela ocorrem simultaneamente dois verbos.
- d) correta, porque as três palavras que a compõem pertencem à mesma classe gramatical.

QUESTÃO 13

Leia o trecho transcrito:

“O povo **respira** aliviado.”

A predicação do verbo negritado na frase acima se repete em

- Mesmo com os meus conselhos, ele continua ansioso.
- O presidente nomeou Catarina primeira secretária.
- Só ficarão acesas as lâmpadas da sala e do corredor.
- O filho dependia da mãe para as atividades diárias.

QUESTÃO 14

Em “É o desejo, e não já da cidade, senão de toda a população”, a palavra assinalada pode ser substituída, sem que haja alteração de sentido, por:

- Exceto
- Mas sim
- Portanto
- Até porque

QUESTÃO 15

Assinale a única alternativa CORRETA.

- Na frase “permitindo-nos legar às gerações futuras um cenário melhor”, o sinal de crase foi usado inadequadamente antes de palavras femininas no plural.
- Em “Não se discute”, ocorre a próclise, mas admite-se também o uso do pronome posposto ao verbo, como em “Não discute-se”.
- A oração relativa “que briga por seus direitos” (§ 3) restringe o significado do vocábulo “nação”.
- A palavra “porque” na frase “porque lutou muito para isso” (§ 1) pode ser utilizada com a mesma grafia na introdução de uma frase interrogativa.

QUESTÃO 16

Observe atentamente a charge a seguir:



Leia com atenção o período retirado da Charge: “Resolva esta pendência com meu advogado.”

A relação entre a passagem do texto imagético para o texto escrito, no que tange ao pronome MEU, proposto pela ideia do texto inicial, emite ao receptor da mensagem uma percepção morfológica de:

- Arrogância.
- Insensatez.
- Posse.
- Conhecimento.

Observe o trecho do conto “O Alienista”, de Machado de Assis. As questões de 17 a 21 se referem a este texto.

(...) “Uma vez desonerado da administração, o alienista procedeu a uma vasta classificação dos seus enfermos. Dividiu-os primeiramente em duas classes principais: os furiosos e os mansos; daí passou às subclasses, monomanias, delírios, alucinações diversas. Isto feito, começou um estudo acurado e contínuo; analisava os hábitos de cada louco, as horas de acesso, as aversões, as simpatias, as palavras, os gestos, as tendências; inquiria da vida dos enfermos, profissões, costumes, circunstâncias da revelação mórbida, acidentes da infância e da mocidade, doenças de outra espécie, antecedentes na família, uma devassa, enfim, como a não faria o mais atilado corregedor.

Mal dormia e mal comia; e ainda comendo, era como se trabalhasse, porque ora interrogava um texto antigo, ora ruminava uma questão, e ia muitas vezes de um cabo a outro do jantar sem dizer uma só palavra a D. Evarista.

- A Casa Verde é um cárcere privado, disse um médico sem clínica.

Nunca uma opinião pegou e grassou tão rapidamente. Cárcere privado: eis o que se repetia de norte a sul e de leste a oeste de Itaguaí, – a medo, é verdade, porque durante a semana que se seguiu à captura do pobre Mateus, vinte e tantas pessoas, duas ou três de consideração – foram recolhidas à Casa Verde. O alienista dizia que só eram admitidos os casos patológicos, mas pouca gente lhe dava crédito. Sucediã-se as versões populares. Vingança, cobiça de dinheiro, castigo de Deus, monomania do próprio médico, plano secreto do Rio de Janeiro com o fim de destruir em Itaguaí qualquer germe de prosperidade que viesse a brotar, arvorecer, florir, com desdouro e minguada daquela cidade, mil outras explicações, que não explicavam nada, tal era o produto diário da imaginação pública.

Daí em diante foi uma coleta desenfreada. Um homem não podia dar nascença ou curso à mais simples mentira do mundo, ainda daquelas que aproveitam ao inventor ou divulgador, que não fosse logo metido na Casa Verde. Tudo era loucura. Os cultores de enigmas, os fabricantes de charadas, de anagramas, os maldizentes, os curiosos da vida alheia, os que põem todo o seu cuidado na tafalaria, um ou outro almotacé enfunado, ninguém escapava aos emissários do alienista. Ele respeitava as namoradas e não poupava as namoradeiras, dizendo que as primeiras cediam a um impulso natural e as segundas a um vício. Se um homem era avaro ou pródigo, ia do mesmo modo para a Casa Verde; daí a alegação de que não havia regra para a completa sanidade mental. (...)

QUESTÃO 17

Em : “Se um homem era avaro ou pródigo, ia do mesmo modo para a Casa Verde; daí a alegação de que não havia regra para a completa sanidade mental.(...)”, a semântica do léxico PRÓDIGO está CORRETAMENTE identificada em

- Bêbado.
- Esbanjador.
- Sovina.
- Dogmático.

QUESTÃO 18

De acordo com a apresentação temática feita por Machado de Assis , no Conto “O Alienista”, o pensamento que define a ideia de loucura, conforme o autor a trabalha no texto é:

- A Loucura leva o homem a se destacar como animal irracional, tornando-o ser pensante na prisão carcerária de seus pensamentos;
- O homem é animal racional e por isso torna-se louco diante das mazelas da sociedade , retratando o que o sistema social em que vive lho impões;
- O homem é uma Besta sadia , cadáver adiado que procria na sociedade que ele mesmo cria e que dela ,também, sofre os reflexos por ele criados;
- Há no homem um pensamento subjetivo que trabalha em sua mente a loucura como mola compulsora de vida.

QUESTÃO 19

É CORRETO afirmar que o tom que o autor imprime a seu texto é

- Reflexivo.
- Irônico.
- Ambíguo.
- Patético.

QUESTÃO 20

Assinale a alternativa que faz um comentário equivocado sobre o texto de Machado de Assis.

- a) A linguagem do texto é marcada, predominantemente, pela informalidade.
- b) A linguagem do texto é marcada, predominantemente, por expressões metafóricas.
- c) A linguagem do texto é marcada, predominantemente, pela oralidade.
- d) A linguagem do texto é marcada, no segundo parágrafo, predominantemente por orações coordenadas.

QUESTÃO 21

Com relação ao texto, julgue como VERDADEIRO(V) ou FALSA(F) cada uma das assertivas.

- () Em: "(...) foram recolhidas à Casa Verde(...)", a crase utilizada refere-se à clínica, determinando a transitividade do nome "recolhidas".
- () Em: "(...) O alienista dizia que só eram admitidos os casos patológicos, mas pouca gente lhe dava crédito. (...)", o pronome Oblíquo átono "LHE" refere-se à expressão "gente".
- () Em: "(...) Um homem não podia dar nascença ou curso à mais simples mentira do mundo, ainda daquelas que aproveitam ao inventor ou divulgador, que não fosse logo metido na Casa Verde(...)", o pronome QUE tem função relativa.
- () Em: "Ele respeitava as namoradas e não poupava as namoradeiras, dizendo que as primeiras cediam a um impulso natural e as segundas a um vício(...)", ocorre uma elipse do verbo no 4º período.

A sequência CORRETA é:

- a) V-F-V-F
- b) V-F-V-V
- c) V-V-F-F
- d) V-F-F-F

QUESTÃO 22

Assinale a alternativa em que a classificação da conjunção empregada no período do texto imagético da Charge está INCORRETA:



- a) Mudou a embalagem, MAS o efeito colateral ainda é o mesmo! (MAS= aditivo)
- b) Mudou a embalagem, MAS o efeito colateral ainda é o mesmo! (MAS= adversativo)
- c) Mudou a embalagem, MAS o efeito colateral ainda é o mesmo! (MAS= conclusivo)
- d) Mudou a embalagem, MAS, o efeito colateral ainda é o mesmo! (MAS= explicativo)

QUESTÃO 23

Na Nova gramática do português contemporâneo, de Celso Cunha, (1980, p.80), leem-se as seguintes informações acerca de regência verbal:

A ligação do verbo com o seu complemento, isto é, a regência verbal pode (...) fazer-se:
 - diretamente, sem uma preposição intermediária, quando o complemento é o objeto direto;
 - indiretamente, mediante o emprego de uma preposição, quando o complemento é um objeto indireto.

Com base nas considerações acima, assinale a alternativa em cuja passagem transcrita do texto imagético NÃO ocorre um problema de regência verbal:



- Também pudera, você só assiste o Tela Quente e Temperatura Máxima.
- Também pudera, você só assiste a Tela Quente e Temperatura Máxima.
- Também pudera, você só assiste à Tela Quente e Temperatura Máxima.
- Também pudera, você só assiste ao Tela Quente e Temperatura Máxima.

QUESTÃO 24

Observe o aforismo a seguir de Millôr Fernandes, e assinale a alternativa FALSA:

Beber é mal, mas é muito bom.

- A palavra “mal”, no caso específico da frase de Millôr, é um substantivo.
- O efeito de sentido da frase deve-se a uma relação de concessão.
- O vocábulo “mal” exerce no sintagma a função de adjetivo.
- O autor utiliza como recurso de linguagem o trocadilho.

QUESTÃO 25

“Quanto mais aparelhos telefônicos possuir, mais feliz parecerá.”

Na frase acima há uma relação de

- condição.
- adversidade.
- proporcionalidade.
- explicação.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA**QUESTÃO 26**

Em relação aos tipos de gráfico do Microsoft Excel, versão português do Office XP, julgue os itens a seguir, marcando com **(V)** a assertiva verdadeira e com **(F)** a assertiva falsa.

- () O ícone  corresponde a um gráfico de Radar.
- () O ícone  corresponde a um gráfico de Área.
- () O ícone  corresponde a um gráfico de Barras.
- () O ícone  corresponde a um gráfico de Pizza.

Assinale a opção com a sequência **CORRETA**.

- a) F, F, V, V.
b) F, V, F, F.
c) V, V, F, F.
d) V, F, V, V.

QUESTÃO 27

Analise as seguintes afirmativas sobre as formas de redirecionamento do Linux.

- I. "ls > x" irá enviar a saída do comando "ls" para o arquivo "x".
II. "ls >> x" irá incluir a saída do comando "ls" no final do arquivo "x".
III. "ls << x" irá incluir a saída do comando "ls" no início do arquivo "x".

Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) A afirmativa III está errada e as afirmativas I, II estão corretas.
b) A afirmativa II está errada e as afirmativas I, III estão corretas.
c) A afirmativa I está errada e as afirmativas II, III estão corretas.
d) As afirmativas I, II e III estão corretas.

QUESTÃO 28

Selecione as teclas de atalho que permitem selecionar todos os arquivos de uma pasta no Windows Explorer do Microsoft Windows XP, versão português:

- a) "CTRL+Z"
b) "CTRL+P"
c) "CTRL+T"
d) "CTRL+A"

QUESTÃO 29

São opções disponíveis no menu "Formatar" do Microsoft Word, versão português do Office XP, **EXCETO**:

- a) Parágrafo...
b) Figura...
c) Tabulação...
d) Tema...

QUESTÃO 30

São pastas que não podem ser excluídas ou renomeadas no Outlook Express do Microsoft Windows XP, versão português, **EXCETO**:

- a) Itens enviados.
- b) Rascunhos.
- c) Modelos.
- d) Caixa de saída.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**QUESTÃO 31**

Pode-se afirmar que, dentre as proposições abaixo, apenas uma delas não integra o rol dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil. Assinale-a:

- a) a erradicação da pobreza e da marginalização e, assim, a redução das desigualdades sociais e regionais.
- b) igualdade entre os Estados.
- c) a construção de uma sociedade livre, justa e solidária.
- d) estabelecer a garantia do desenvolvimento nacional.

QUESTÃO 32

Dentre as penas possíveis de serem aplicadas aos infratores da lei, expressamente previstas na Constituição da República, de 1988, podem ser enumeradas as seguintes, **EXCETO**:

- a) a perda de bens, concomitante com a privação da liberdade.
- b) prestação social alternativa.
- c) suspensão ou interdição de direitos.
- d) banimento.

QUESTÃO 33

Dentre as competências privativas da União, especificamente à matéria legislativa, pode-se enumerar, **EXCETO**:

- a) sistemas de consórcios e sorteios.
- b) estabelecer e implantar política de educação para a segurança do trânsito.
- c) procedimentos em matéria processual.
- d) proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação e à ciência.

QUESTÃO 34

Quanto ao Senado Federal, é correto afirmar, dentre as alternativas abaixo, **EXCETO**:

- a) O Senado Federal compõe-se de representantes dos Estados e do Distrito Federal, eleitos segundo o princípio proporcional.
- b) Cada Estado e o Distrito Federal elegerão três Senadores, com mandato de oito anos.
- c) A representação de cada Estado e do Distrito Federal será renovada de quatro em quatro anos, alternadamente, por um e dois terços.
- d) Cada Senador será eleito com dois suplentes.

QUESTÃO 35

Em relação às decisões proferidas pelos Tribunais Regionais Eleitorais, pode-se afirmar que somente serão passíveis de impugnação pelo respectivo recurso, aquelas que:

- a) forem proferidas contra disposição expressa da Constituição da República ou de lei.
- b) decorrentes da identificação de divergência na interpretação de lei entre dois ou mais tribunais eleitorais.
- c) que versarem sobre inelegibilidade ou expedição de diplomas nas eleições federais ou estaduais.
- d) que anularem diplomas ou decretarem a perda de mandatos eletivos federais, estaduais ou municipais de cargos preenchidos pelos sistemas proporcional ou majoritário de eleição.

QUESTÃO 36

No que tange à Lei das Licitações e respectivas alterações sofridas ao longo do período de sua vigência, é correto afirmar, EXCETO:

- a) Considera-se como Administração Pública a administração direta e indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, abrangendo, inclusive, as entidades com personalidade jurídica de direito privado sob controle do poder público e das fundações por ele instituídas ou mantidas.
- b) A Imprensa Oficial, que se constitui do veículo próprio de divulgação da Administração Pública, sendo para a União o Diário Oficial da União, e, para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, o órgão que for definido nas respectivas leis.
- c) Entende-se por Comissão aquela de caráter permanente ou especial, criada pela Administração com a função de receber, examinar e julgar todos os documentos e procedimentos relativos às licitações e ao cadastramento de licitantes.
- d) Entende-se por obra toda atividade destinada a obter determinada utilidade de interesse para a Administração, tais como demolição, conserto, instalação, montagem, operação, conservação, reparação, adaptação, manutenção, transporte, locação de bens, publicidade, seguro ou trabalhos técnico-profissionais.

QUESTÃO 37

Quanto à responsabilidade do servidor público relativamente aos atos por ele praticados nessa qualidade e no exercício regular de suas atividades, é de se afirmar, EXCETO:

- a) A responsabilidade civil decorre de ato omissivo ou comissivo, doloso ou culposo, que resulte em prejuízo ao erário ou a terceiros; tratando-se de dano causado a terceiros, responderá o servidor perante a Fazenda Pública, em ação regressiva.
- b) A obrigação de reparar o dano estende-se aos sucessores e contra eles será executada, até o limite do valor da herança recebida.
- c) A responsabilidade penal abrange os crimes e contravenções imputadas ao servidor, nessa qualidade; a responsabilidade civil-administrativa resulta apenas de ato comissivo praticado no desempenho do cargo ou função.
- d) As sanções civis, penais e administrativas poderão cumular-se, sendo independentes entre si; todavia, a responsabilidade administrativa do servidor será afastada no caso de absolvição criminal que seja conseqüência de alegação de negativa da existência do fato ou de sua autoria.

QUESTÃO 38

Quanto à defesa dos interesses de pessoas portadoras de deficiências tratadas em lei específica, pode-se afirmar corretas as seguintes alternativas abaixo, EXCETO:

- a) As ações civis públicas destinadas à proteção de interesses coletivos ou difusos das pessoas portadoras de deficiência poderão ser propostas pelo Ministério Público, pela União, Estados, Municípios e Distrito Federal; por associação constituída há mais de um ano, nos termos da lei civil, autarquia, empresa pública, fundação ou sociedade de economia mista que inclua, entre suas finalidades institucionais, a proteção das pessoas portadoras de deficiência.
- b) Não é permitido a outros eventuais legitimados ativos habilitarem-se como litisconsortes em ações civis públicas propostas por qualquer deles e nem mesmo em caso de desistência ou abandono da ação, qualquer dos co-legitimados assumir a titularidade ativa.
- c) A sentença que concluir pela carência ou pela improcedência do pedido formulado na ação está sujeita ao duplo grau de jurisdição, não produzindo efeito senão depois de confirmada pelo tribunal; todavia, das sentenças e decisões proferidas contra o autor da ação e suscetíveis de recurso, poderá recorrer qualquer legitimado ativo, inclusive o Ministério Público.
- d) O Ministério Público poderá instaurar, sob sua presidência, inquérito civil ou, requisitar, de qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou particular, certidões, informações, exames ou perícias, no prazo que assinalar, não inferior a dez dias úteis.

QUESTÃO 39

Quanto aos bens públicos, é correto afirmar dentre as proposições abaixo, EXCETO:

- a) São bens públicos os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças; os de uso especial, os edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias e as sociedades de economia mista.
- b) Não dispondo a lei em sentido contrário, consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado.
- c) Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar; os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei.
- d) Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião e o seu uso comum pode ser gratuito ou retribuído, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem.

QUESTÃO 40

Quanto à impetração de mandado de segurança, assinale a única alternativa correta dentre as elencadas abaixo:

- a) Será concedida ordem em sede de mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça.
- b) Equiparam-se às autoridades, para os efeitos desta Lei, os representantes ou órgãos de partidos políticos e os administradores de entidades autárquicas, bem como os dirigentes de pessoas jurídicas ou as pessoas naturais no exercício de atribuições do poder público, somente no que disser respeito a essas atribuições.
- c) É cabível mandado de segurança contra os atos de gestão comercial praticados pelos administradores de empresas públicas, de sociedade de economia mista e de concessionárias de serviço público.
- d) No caso em que o documento necessário à prova do alegado se ache em repartição ou estabelecimento público ou em poder de autoridade que se recuse a fornecê-lo por certidão ou de terceiro, o juiz ordenará, preliminarmente, por ofício, a exibição desse documento em original ou em cópia autêntica e marcará, para o cumprimento da ordem, o prazo de dez dias.

QUESTÃO 41

Em se tratando dos bens do ausente, relativamente à sucessão provisória, apenas uma alternativa é correta. Assinale-a:

- a) O excluído da posse provisória, em razão de não ter possibilidade de prestar caução ou garantias para assegurar a si o exercício da posse do quinhão que lhe tocara por sucessão do ausente, poderá, justificando falta dos respectivos meios, requerer seja-lhe entregue a terça parte dos respectivos rendimentos desse quinhão.
- b) Se o ausente retornar, e ficar provado que a sua ausência foi voluntária e injustificada, perderá ele, em favor do sucessor que foi imitado provisoriamente na posse do respectivo quinhão, a sua parte nos frutos e rendimentos.
- c) Antes da partilha, o juiz, quando julgar conveniente, ordenará a conversão dos bens imóveis em títulos garantidos pela União, não havendo consenso entre os herdeiros para efeito de sua divisão.
- d) Se durante a posse provisória surgir elementos que indiquem a época provável do falecimento do ausente, considerar-se-á, a partir de então, aberta a sucessão em favor dos herdeiros que o eram àquele tempo.

QUESTÃO 42

Quanto aos negócios jurídicos, todas as alternativas abaixo são corretas, EXCETO:

- a) O termo inicial suspende o exercício e a aquisição do direito.
- b) Os prazos de meses e anos expiram no dia de igual número do de início, ou no imediato, se faltar exata correspondência.
- c) Salvo se o permitir a lei ou o representado, é anulável o negócio jurídico que o representante, no seu interesse ou por conta de outrem, celebrar consigo mesmo.
- d) Se alguém dispuser de uma coisa sob condição suspensiva, e, pendente esta, fizer quanto àquela novas disposições, estas não terão valor, realizada a condição, se com ela forem incompatíveis.

QUESTÃO 43

Quanto à prescrição, em geral, é correto afirmar, dentre as proposições abaixo, EXCETO:

- a) A prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor.
- b) Suspensa a prescrição em favor de um dos credores solidários, tal suspensão só aproveitará os outros se a obrigação for indivisível.
- c) A prescrição interrompida recomeça a correr da data do ato que a interrompeu, ou do último ato do processo para a interromper.
- d) Opera-se em cinco anos a prescrição quanto à pretensão dos credores não pagos contra os sócios ou acionistas e os liquidantes, contado o prazo da publicação da ata de encerramento da liquidação da sociedade.

QUESTÃO 44

No que tange às obrigações, em geral, é INCORRETO afirmar, dentre as proposições abaixo, EXCETO:

- a) Se a prestação do fato tornar-se impossível sem culpa do devedor, resolver-se-á a obrigação; se por culpa dele, responderá por perdas e danos.
- b) Se uma das duas prestações não puder ser objeto de obrigação ou se tornada inexecutível, subsistirá o débito quanto à outra.
- c) A um dos credores solidários pode o devedor opor as exceções pessoais oponíveis aos outros.
- d) Não importará renúncia da solidariedade a propositura de ação pelo credor contra um ou alguns dos devedores.

QUESTÃO 45

Relativamente à evicção, somente uma das alternativas abaixo é CORRETA. Assinale-a:

- a) A responsabilidade do alienante não subsiste ainda que a coisa pereça em poder do alienatário, mesmo que por vício oculto já existente ao tempo da tradição.
- b) Se as benfeitorias abonadas ao que sofreu a evicção tiverem sido feitas pelo alienante, o valor delas será levado em conta na restituição devida.
- c) Não podem as partes, por força de cláusula expressa, reforçar, diminuir ou excluir a responsabilidade pela evicção.
- d) Pode o adquirente demandar pela evicção, mesmo sabendo que a coisa era alheia ou litigiosa.

QUESTÃO 46

Quanto à atuação do advogado, em qualquer de suas modalidades e expressamente previstas no Código de Processo Civil, é correto afirmar, EXCETO:

- a) A procuração geral para o foro, conferida por instrumento público, ou particular assinado pela parte, habilita o advogado a praticar todos os atos do processo, inclusive para receber citação inicial, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre que se funda a ação, receber, dar quitação e firmar compromisso.
- b) Sem instrumento de mandato, o advogado não será admitido a procurar em juízo; poderá, todavia, em nome da parte, intentar ação, a fim de evitar decadência ou prescrição, bem como intervir, no processo, para praticar atos reputados urgentes.
- c) Sendo o prazo comum às partes, só em conjunto ou mediante prévio ajuste por petição nos autos, poderão os seus procuradores retirar os autos, ressalvada a obtenção de cópias para a qual cada procurador poderá retirá-los pelo prazo de uma hora independentemente de ajuste.
- d) O advogado poderá, a qualquer tempo, renunciar ao mandato, provando que cientificou o mandante a fim de que este nomeie substituto; todavia, durante os dez dias seguintes, o advogado continuará a representar o mandante, desde que necessário para evitar-lhe prejuízos.

QUESTÃO 47

Quanto à distribuição de processos aos Juízos e respectivas Secretarias, e nas comarcas em que houver mais de uma Vara, todas as alternativas abaixo estão corretas, EXCETO:

- a) Todos os processos estão sujeitos a registro, devendo ser distribuídos onde houver mais de um juiz ou mais de um escrivão; mas, deverá ser alternada a distribuição entre juízes e escrivães, obedecendo-se a mais rigorosa igualdade entre todos.
- b) Serão distribuídas por dependência as causas de qualquer natureza quando estiverem relacionadas, entre si, por conexão ou continência, com outra anteriormente ajuizada; dessa determinação legal, no entanto, encontram-se excluídas as reconvenções.
- c) É vedada a distribuição de petição desacompanhada de instrumento do mandato, salvo quando o requerente advogar em causa própria ou, se a procuração encontrar-se inserida na ação principal.
- d) O juiz, de ofício ou a requerimento do interessado, corrigirá o erro ou a falta de distribuição, determinando a sua compensação; poderá, no entanto, a distribuição, ser fiscalizada pela parte ou por seu procurador, devendo ser cancelada quando, no prazo de trinta dias, não for preparada na Secretaria para a qual foi distribuída.

QUESTÃO 48

Quanto ao início do processo, propositura da ação, aos efeitos da citação à parte passiva da relação jurídica de direito processual e assim à formação, suspensão e extinção do processo, todas as alternativas abaixo estão incorretas, EXCETO:

- a) No caso de morte ou perda da capacidade processual de qualquer das partes, ou de seu representante legal, provado o falecimento ou a incapacidade, o juiz suspenderá o processo; mas, iniciada a audiência de instrução e julgamento, o advogado poderá continuar no processo até o encerramento da audiência, caso em que será suspensa a tramitação somente a partir da publicação da sentença ou do acórdão.
- b) Considera-se proposta a ação, tanto que a petição inicial seja despachada pelo juiz, ou simplesmente distribuída, onde houver mais de uma vara; todavia, a propositura da ação, só produz quanto ao réu, os efeitos expressamente previstos na lei processual, depois que for validamente citado.
- c) Feita a citação, é defeso ao autor modificar o pedido ou a causa de pedir, sem o consentimento do réu, mantendo-se as mesmas partes, salvo as substituições permitidas por lei; no entanto, em se tratando de alteração do pedido ou da causa de pedir, havendo assentimento do réu, será permitida após o saneamento do processo.
- d) O juiz conhecerá de ofício, em qualquer tempo e grau de jurisdição, enquanto não proferida a sentença de mérito, da matéria constante pela convenção de arbitragem, quando a ação for considerada intransmissível por disposição legal e quando ocorrer confusão entre autor e réu; todavia, o réu que a não alegar, na primeira oportunidade em que lhe caiba falar nos autos, responderá pelas custas de retardamento.

QUESTÃO 49

Em se tratando da antecipação parcial ou total de tutela jurisdicional pretendida pela parte ativa da relação jurídica de direito processual, é incorreto afirmar que:

- a) O juiz poderá, a requerimento da parte, antecipar, total ou parcialmente, os efeitos da tutela postulada na petição inicial, mediante a existência de prova inequívoca, de modo que se convença da verossimilhança da alegação e haja fundado receio de dano irreparável ou de difícil reparação, não se desconsiderando a hipótese de restar caracterizado o abuso de direito de defesa ou o manifesto propósito protelatório do réu.
- b) Na decisão que antecipar a tutela, o juiz fundamentará a sua decisão, explicitando as razões do seu convencimento; no entanto, não se concederá a antecipação da tutela quando houver perigo de irreversibilidade do provimento antecipado.
- c) A tutela antecipada poderá ser revogada ou modificada a qualquer tempo, em decisão fundamentada; uma vez negada a antecipação da tutela, o juiz poderá indeferir a petição inicial, extinguindo o processo com resolução do mérito, declinando as razões de seu convencimento.
- d) Se o autor, a título de antecipação de tutela, requerer providência de natureza cautelar, poderá o juiz, quando presentes os respectivos pressupostos, deferir a medida cautelar em caráter incidental do processo ajuizado.

QUESTÃO 50

Quanto ao rito sumário, é incorreto afirmar que:

- a) O juiz designará a audiência de conciliação a ser realizada no prazo de trinta dias, citando-se o réu com a antecedência mínima de dez dias, devendo constar a advertência da pena de revelia em caso de não comparecimento injustificado da parte passiva, salvo se o contrário resultar da prova dos autos, proferindo o juiz, desde logo, a sentença; se a ré for a Fazenda Pública, os prazos serão contados em dobro.
- b) Se não for obtida a conciliação, o réu apresentará nessa oportunidade, em audiência, sua resposta escrita ou oral, instruída de documentos e rol de testemunhas; se requerer produção de prova pericial, deverá, na mesma resposta, indicar seus quesitos e assistente técnico; poderá, ainda, na contestação, formular pedido em seu favor, se conexo com os fatos deduzidos na inicial.
- c) Os atos probatórios realizados em audiência poderão ser documentados mediante taquigrafia, estenotipia ou outro método hábil de documentação, fazendo-se a respectiva transcrição se a determinar o juiz.
- d) No procedimento sumário são admissíveis a ação declaratória incidental e a intervenção de terceiros, inclusive a assistência, o recurso de terceiro prejudicado e a intervenção fundada em contrato de seguro.

QUESTÃO 51

Não se caracteriza como qualquer conduta tipificada pela lei penal a prática de algum dos atos abaixo relacionados. Assinale-a:

- a) O ato de o funcionário público apropriar-se de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou proceder ao seu desvio, em proveito próprio ou de outra pessoa.
- b) O ato de apropriar-se de dinheiro ou qualquer utilidade que, no exercício do cargo, recebeu por erro de outrem.
- c) O ato de beneficiar-se do uso de bem de propriedade do Estado, valendo-se da condição de funcionário público.
- d) O ato de modificar ou alterar, o funcionário público, sistema de informações ou programa de informática sem autorização ou solicitação de autoridade competente.

QUESTÃO 52

Quanto ao crime de concussão, apenas uma das alternativas é INCORRETA. Assinale-a:

- a) Se o funcionário exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.
- b) Se o funcionário exige imposto, taxa ou emolumento que sabe indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza.
- c) Se o funcionário exige tributo ou contribuição social que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza.
- d) Se o funcionário culposamente desvia em proveito próprio ou de outrem, o que recebeu e deveria recolher aos cofres públicos.

QUESTÃO 53

No que tange ao delito de prevaricação, é correto afirmar, EXCETO:

- a) O só fato de retardar ou deixar de praticar ato de ofício ou, ainda, praticá-lo contra disposição expressa de lei, com o propósito de satisfazer interesse ou sentimento pessoal, natureza patrimonial, material ou moral.
- b) A denúncia que for apresentada ao Juízo Criminal contra o funcionário público, não necessita indicar qual foi o interesse ou sentimento pessoal do acusado que motivou a prática do delito, de modo a individualizar os atos típicos praticados e que caracterizam o delito imputado; basta comprovar a sua condição de funcionário público e o ato de postergar a sua prática.
- c) O elemento subjetivo a autorizar a identificação e tipificação do delito de prevaricação será sempre a vontade determinada de se alcançar o resultado pretendido em consequência da prática do ato descrito no tipo legal para efeito de se considerar a sua consumação.
- d) O núcleo do tipo penal prevaricação consiste na conduta omissiva ou comissiva do funcionário público, já que mediante uma ou outra prática restará configurada a respectiva tipificação.

QUESTÃO 54

O crime de condescendência criminosa, para a sua configuração, exige alguns requisitos decorrentes do exercício do cargo e sem os quais jamais se tipificará. Assinale, dentre as alternativas abaixo, a única que não corresponde ao tipo penal indicado:

- a) A existência de hierarquia entre o agente que cometeu a infração e aquele que tem o dever de promover a responsabilização administrativa do funcionário.
- b) Deixar de levar ao conhecimento da autoridade administrativa competente o fato de ter um funcionário adquirido livros didáticos para seu filho em idade escolar cujo cheque emitido em pagamento foi devolvido sem fundos.
- c) A comprovada existência de dolo como elemento subjetivo exigido pelo ilícito penal praticado em que se prevê o delito de condescendência criminosa, agindo, pois, deliberadamente com o propósito de se alcançar o resultado pretendido.
- d) A ação penal correspondente à apuração do ilícito penal em questão é pública incondicionada.

QUESTÃO 55

Para que se configure o delito de violação de sigilo funcional, todas as alternativas abaixo são corretas, EXCETO:

- a) É o delito que se caracteriza quando, em razão do cargo ocupado, o funcionário público revela o fato de que teve ciência, mesmo tendo recebido expressa recomendação no sentido de não o falar a qualquer outra pessoa, ainda que se refira a outro funcionário público.
- b) A prática desse delito por funcionário público, no que se refere à sua facilitação para efeito de ser praticado, tanto abriga a forma omissiva quanto comissiva.
- c) Constitui-se de delito cuja forma qualificada eleva sobremodo a pena *in abstracto* que se encontra prevista para a sua forma simples, admitindo, também, na sua capitulação, causa especial de aumento de pena.
- d) O delito em pauta exige que tanto a culpa como o dolo restem devidamente comprovados para efeito de se configurar a violação de sigilo funcional.

QUESTÃO 56

Com relação ao Direito Processual Penal, dentre as alternativas abaixo, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A lei processual penal nova será aplicada a partir de sua vigência, trazendo como consequência a relativização dos atos praticados sob a regência da lei anterior.
- b) A lei processual penal não autoriza a interpretação extensiva, a aplicação analógica e assim o suplemento dos princípios gerais de direito.
- c) A polícia judiciária será exercida pelas autoridades policiais no território de suas respectivas comarcas e terá por fim a apuração das infrações penais e da sua autoria.
- d) Nos crimes de ação pública o inquérito policial sempre será iniciado de ofício ou mediante requisição da autoridade judiciária ou do Ministério Público, ou a requerimento do ofendido ou de quem tiver qualidade para representá-lo.

QUESTÃO 57

Em se tratando da prova pericial e do exame de corpo de delito, todas as alternativas abaixo são corretas, EXCETO:

- a) Nos casos de morte violenta, será suficiente o simples exame externo do cadáver, em não havendo infração penal a apurar; da mesma forma se procederá quando as lesões externas permitirem precisar a causa da morte, em sendo dispensável o exame interno para a verificação de alguma circunstância relevante.
- b) Quando se tratar de crimes cometidos com destruição ou rompimento de obstáculo destinados à subtração da coisa, ou, ainda, por meio de escalada, os peritos descreverão os vestígios, indicando, precisamente, os instrumentos, os meios e a época em que os fatos foram praticados.
- c) Nas hipóteses de realização de exames mediante deprecata, a nomeação dos peritos far-se-á no juízo deprecado; mas, em se tratando de ação privada, ocorrendo acordo entre as partes, a nomeação poderá ser feita pelo juiz deprecante.
- d) Havendo necessidade de se realização de autópsia, os trabalhos respectivos serão realizados com pelo menos seis horas depois de ocorrido o óbito, exceto quando os peritos, pela evidência dos sinais de morte, julgarem que possam ser procedidos antes daquele prazo, devendo declarar a respeito no respectivo auto.

QUESTÃO 58

No que tange à produção de prova oral, todas as alternativas abaixo estão incorretas, EXCETO:

- a) As perguntas às testemunhas serão formuladas pelas partes por intermédio do juiz, indeferindo aquelas que puderem induzir a resposta, não tiverem relação com a causa ou importarem na repetição de outra já respondida.
- b) O juiz, quando julgar necessário, poderá ouvir outras testemunhas, além das indicadas pelas partes e, serão computadas como testemunhas as pessoas que, arroladas, desconhecerem os fatos e nada souberem de interesse à instrução da causa.
- c) Se o juiz, pronunciando sentença final, reconhecer que alguma testemunha afirmou falsamente, silenciou-se ou negou a verdade, determinará a remessa de cópia do depoimento à autoridade policial para que proceda à instauração de inquérito.
- d) A testemunha que morar fora da jurisdição do juiz será inquirida pelo juiz do lugar de sua residência, expedindo-se, para esse fim, carta precatória, com prazo razoável, intimadas as partes; todavia, a expedição da precatória suspenderá a instrução criminal.

QUESTÃO 59

Relativamente à pessoa do juiz que presidir a tramitação e julgamento do processo criminal, pode-se afirmar, dentre as proposições abaixo, que apenas uma alternativa é CORRETA. Assinale-a:

- a) Incumbe ao juiz prover à regularidade do processo, mantendo a ordem no curso dos respectivos atos, e, se necessário, poderá requisitar a força pública; de outro lado, não poderá ser declarada suspeição e nem ser reconhecida, quando a parte injuriar o juiz ou de propósito der motivo para criá-la.
- b) O juiz não poderá exercer jurisdição no processo em que tiver funcionado seu cônjuge ou parente, consangüíneo ou afim, em linha reta ou colateral até o quarto grau, inclusive, como defensor ou advogado, órgão do Ministério Público, autoridade policial, auxiliar da justiça ou perito.
- c) Nos juízos coletivos, não poderão servir no mesmo processo os juízes que forem entre si parentes, consangüíneos ou afins, em linha reta ou colateral até o quarto grau, inclusive.
- d) O impedimento ou suspeição decorrente de parentesco por afinidade cessará pela dissolução do casamento que lhe tiver dado causa, salvo sobrevivendo descendentes; mas, dissolvido o casamento sem descendentes, poderá funcionar como juiz o sogro, o padrasto, o cunhado, o genro ou enteado de quem for parte no processo.

QUESTÃO 60

Em se tratando do procedimento cautelar e do poder geral de cautela do Juiz, apenas uma dentre as alternativas abaixo é INCORRETA. Assinale-a:

- a) Em qualquer fase da investigação policial ou do processo penal, caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, de ofício, se no curso da ação penal, ou a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente, ou por representação da autoridade policial.
- b) Também será admitida a prisão preventiva quando houver dúvida sobre a identidade civil da pessoa ou quando esta não fornecer elementos suficientes para esclarecê-la, devendo o preso ser colocado imediatamente em liberdade, após a identificação, salvo se outra hipótese recomendar a manutenção da medida.
- c) A prisão preventiva será decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, fiscal e tributária, por conveniência da instrução criminal, ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e prova suficiente da sua autoria.
- d) O juiz poderá revogar a prisão preventiva se, no correr do processo, verificar a falta de motivo para que subsista, bem como de novo decretá-la, se sobrevierem razões que a justifiquem.

Prezado (a) candidato (a)

Coloque seu número de inscrição e nome no quadro abaixo:

Nº de Inscrição	Nome

REDAÇÃO

NA PROVA DE REDAÇÃO, DEVEM SER OBSERVADOS OS SEGUINTEIS ITENS:

1. Assine somente o cabeçalho da folha de redação definitiva e não deixe pistas de identificação no corpo da mesma, caso isso ocorra, a prova escrita será anulada;
2. Somente serão corrigidas as redações escritas com caneta esferográfica azul ou preta;
3. Não será permitido o uso de lápis borracha ou corretivo de texto;
4. A folha de rascunho, constante do caderno de prova, será de preenchimento facultativo. Em nenhuma hipótese, o rascunho elaborado pelo candidato será considerado na correção da prova;
5. Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunho nem para textos definitivos;
6. A Folha de Redação Definitiva não pode ser utilizada no verso e é o limite oficial para construção do texto.
7. A escrita deve ser contínua, sem saltar linhas, nem mesmo para separar parágrafos;
8. Os critérios de correção e avaliação da redação estão inseridos na folha de resposta, respeitando o item XIV do edital de convocação do concurso.
9. O erro ortográfico idêntico será descontado apenas uma vez.
10. A redação que não abordar o tema proposto será avaliada com a nota zero e o candidato eliminado do concurso.

TEXTO I

Ficha Limpa ou **Lei Complementar nº. 135/2010** é uma legislação brasileira originada de um projeto de lei de iniciativa popular que reuniu cerca de 1,3 milhões de assinaturas. A lei torna inelegível por oito anos um candidato que tiver o mandato cassado, renunciar para evitar a cassação ou for condenado por decisão de órgão colegiado (com mais de um juiz), mesmo que ainda exista a possibilidade de recursos.

O Projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados no dia 5 de maio de 2010 e também foi aprovado no Senado Federal no dia 19 de maio de 2010 por votação unânime. Foi sancionado pelo Presidente da República, transformando-se na Lei Complementar nº 135, de 4 de junho de 2010. Esta lei proíbe que políticos condenados em decisões colegiadas de segunda instância possam se candidatar. Em fevereiro de 2012, o Supremo Tribunal Federal (STF) considerou a lei constitucional e válida para as próximas eleições que forem realizadas no Brasil.

(http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficha_Limpa)

TEXTO II



<http://br.noticias.yahoo.com/blogs/alpino/lula-sanciona-projeto-ficha-limpa-193635479.html>

PROPOSTA

Produza um texto dissertativo/argumentativo e discuta as opiniões expostas nos textos I e II e nos conhecimentos prévios sobre o tema: **A lei FICHA LIMPA pode livrar o país da corrupção?**

É importante que você assuma uma posição a favor ou contra as ideias veiculadas. Justifique seu ponto de vista com argumentos convincentes. Você poderá também assumir uma posição diferente, alinhando argumentos que a sustentem.

FOLHA DE RASCUNHO NA PÁGINA SEGUINTE.

REDAÇÃO - FOLHA DE RASCUNHO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



CONCURSO PÚBLICO

TJMG / MG
Edital 01/2011

Para você destacar e conferir o seu gabarito!
Sucesso!

01		13		25		37		49	
02		14		26		38		50	
03		15		27		39		51	
04		16		28		40		52	
05		17		29		41		53	
06		18		30		42		54	
07		19		31		43		55	
08		20		32		44		56	
09		21		33		45		57	
10		22		34		46		58	
11		23		35		47		59	
12		24		36		48		60	



FUMARC
CONCURSOS

www.fumarc.org.br
fumarconcurtos@pucminas.br



FUMARC
CONCURSOS

Av. Francisco Sales, 540 - Floresta - 30150-220 - Belo Horizonte/MG
(31) 3249-7400 - www.fumarc.org.br / fumarcconcursos@pucminas.br